



A PONTE NORTE – COOPERATIVA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA RIBEIRA GRANDE, C.R.L
Escola Profissional da Ribeira Grande

Plano Educativo de Escola

2023-2026



**ESCOLA
PROFISSIONAL
DA RIBEIRA
GRANDE**

Ribeira Grande, 1 de setembro de 2023



"Quem **abre uma escola** fecha uma prisão".

Victor Hugo



GOVERNO
DOS AÇORES



Cofinanciado pela
União Europeia

Índice

Introdução	3
1 – Contextualização do Projeto	4
1.1 - Enquadramento da Escola	4
1.2 - Enquadramento do meio	8
1.3 - Parcerias/Protocolos	9
2– Desenvolvimento do Projeto.....	10
2.1 - Principais Problemas diagnosticados	10
2.1.1 - Iliteracia.....	11
2.1.2 - Desvalorização da escola	12
2.1.3 - Absentismo e desistência escolares.....	12
2.1.4 - Baixo desempenho escolar	13
2.1.5 - Aumento de comportamentos de risco	14
2.1.6 - Precisão de Educação para a cidadania	16
2.1.7 - Necessidade de maior aproximação e envolvimento da escola à comunidade	17
2.1.8 - Não acompanhamento dos encarregados de educação/pais.....	18
2.2 - Visão, missão, objetivos e valores da Escola.....	19
2.3 – Matriz Swot	20
2.4 – Plano de intervenção.....	20
3 – Avaliação do Projeto.....	28
4 – Estratégias de divulgação	29

Introdução

O Projeto Educativo da Escola (PEE) é um documento que consagra a orientação educativa da Escola, no qual se explicitam os valores, as metas e as estratégias, segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua missão educativa. A sua elaboração e execução constituem um dos requisitos fundamentais para o sucesso.

Deste modo, o PEE é uma ferramenta crucial de planeamento da ação educativa da escola, devendo, por isso, servir permanentemente de ponto de referência e orientação na atuação de todos os intervenientes do processo educativo em que a escola se insere, em prol da formação de pessoas e cidadãos cada vez mais cultos, autónomos, responsáveis, solidários e democraticamente comprometidos na construção de um futuro comum e de uma sociedade melhor.

O presente PEE, elaborado pela Direção Técnico Pedagógica, resulta de um processo de reflexão fruto de uma análise de constrangimentos e potencialidades diagnosticados na nossa comunidade educativa, através do contacto com os formandos, os encarregados de educação, os formadores, os diretores de curso e os colaboradores, a partir dos quais se estabeleceram objetivos e o plano de intervenção, para o triénio 2023 a 2026, que pretendem traçar as linhas de atuação e servir de referência e garantia da coerência e eficiência do nosso plano de ação.

Neste contexto, o PEE foi concebido numa perspetiva dinâmica, inclusiva e de permanente mudança, partindo da realidade com vista à melhoria do ato educativo. Deste modo, a Escola Profissional da Ribeira Grande pretende delinear estratégias que passam pelos princípios basilares da sua prática, passando pela reflexão, comunicação e dinamismo para a construção do futuro profissional dos seus formandos.

1 – Contextualização do Projeto

1.1 - Enquadramento da Escola

A Escola Profissional da Ribeira Grande, adiante designada por EPRG, foi criada a 5 de fevereiro de 1998, na Vila de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande. É um estabelecimento de ensino de natureza privada que persegue fins de interesse público e goza de autonomia na lei a ela aplicável, sendo uma valência da Cooperativa A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande e está sujeita à tutela funcional da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego.

Os cursos profissionais de nível IV, com uma duração de 3 anos, estão estruturados em planos de estudo desenvolvidos segundo o sistema modular, constituídos por três componentes: sociocultural, científica e técnica, consagrados, na sua maioria, no Catálogo Nacional de Qualificações. Integram, ainda, épocas de formação em contexto de trabalho (estágio) e a elaboração, apresentação e defesa da Prova de Aptidão Profissional. A conclusão de todo o percurso formativo com aproveitamento confere uma dupla certificação: habilitação escolar de nível secundário e a qualificação profissional de nível IV.

Considerando que a grande vocação da Escola é o desenvolvimento de uma ação pedagógica orientada para a efetiva inserção dos seus formandos no mercado de trabalho, na EPRG, está, também, implementado um serviço de acompanhamento e inserção profissional enquanto estrutura de apoio e de acompanhamento dos formandos e dos ex-formandos.

Atualmente, a escola conta com 61 formadores externos, 2 formadores internos, 274 formandos e 23 colaboradores, a saber 3 Técnicos Superiores, 2 motoristas, 2 administrativos, 8 auxiliares, 1 contabilista certificado, 1 técnico de informática, 2 formadores internos, 1 chefe de serviços e 3 diretores.

Os formadores são, na maioria, licenciados e profissionalizados, possuindo uma experiência no ensino profissional superior a 3 anos. Os formadores da componente tecnológica são selecionados de acordo com as suas habilitações e experiência na área do curso, de modo a proporcionar uma formação de qualidade e o mais próxima possível da realidade do mercado de trabalho.

Os 3 diretores constituem a direção geral e possuem experiência e formação, variando entre as áreas do ensino, gestão e engenharia.

Dos 274 formandos matriculados no ano letivo 2023-2024, conclui-se que a maioria tem entre os 15 e 18 anos de idade.

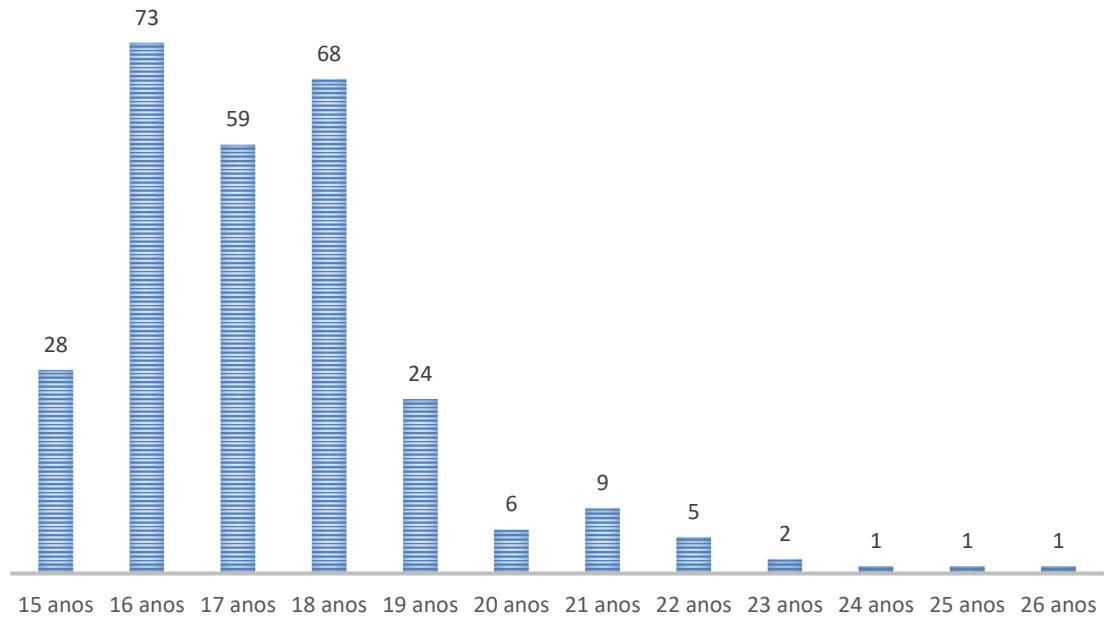


Gráfico I – Caracterização por faixa etária

Relativamente ao género, verifica-se que existem mais 11,6% do género feminino relativamente ao género masculino.

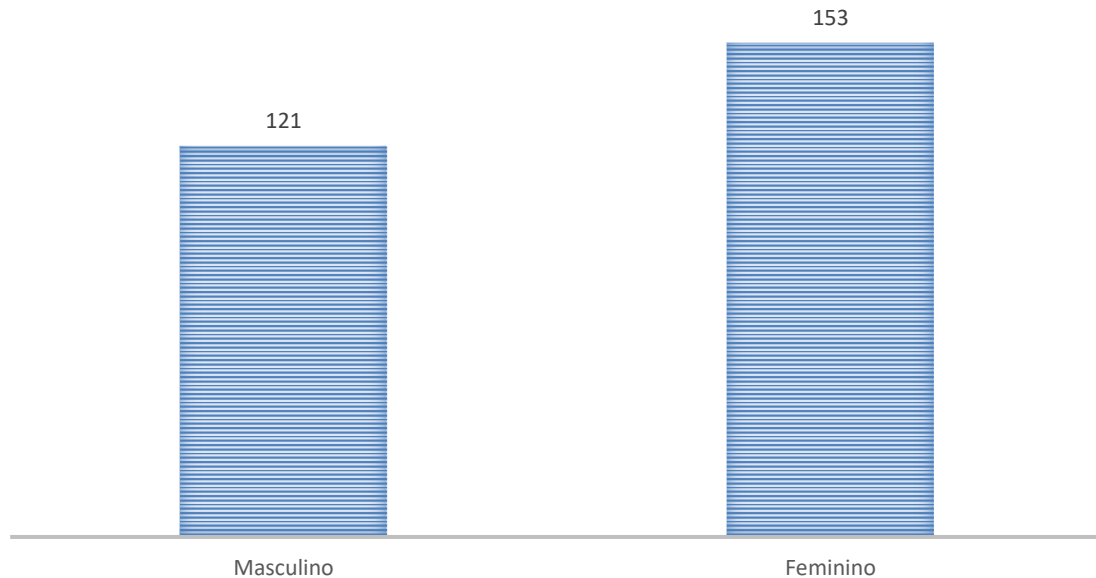


Gráfico II – Caracterização por género

Por fim, a maioria dos formandos matriculados residem no Concelho da Ribeira Grande, essencialmente da Vila de Rabo de Peixe e zona nascente.

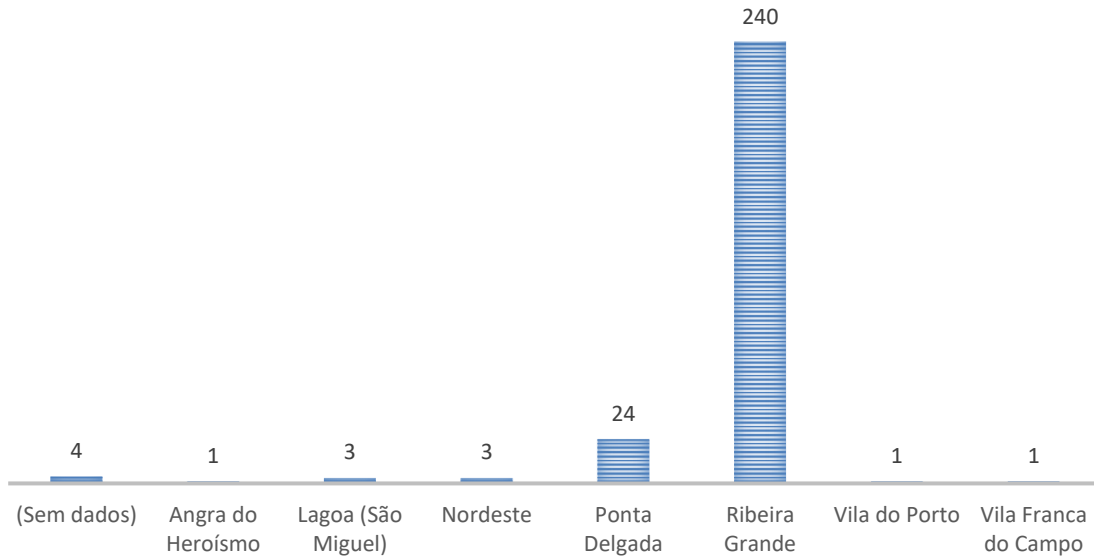
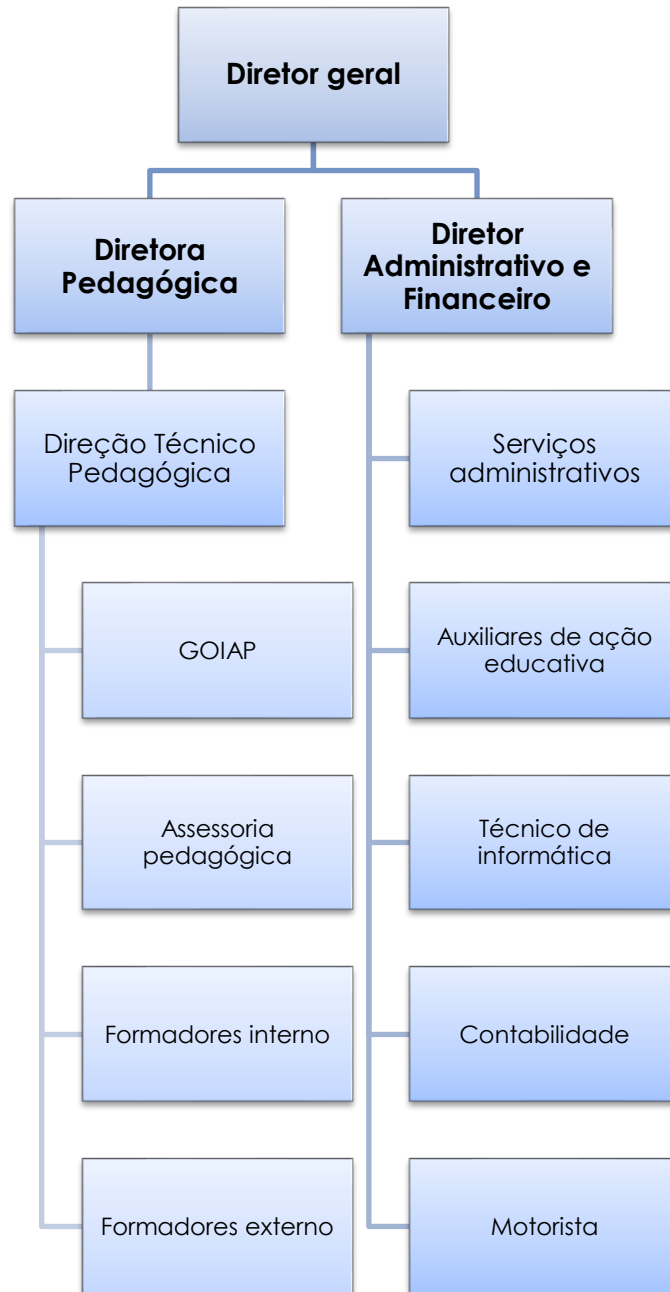


Gráfico III – Caracterização por concelho

A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, CRL

Estrutura Orgânica da EPRG



1.2 - Enquadramento do meio

Rabo de Peixe é uma vila do concelho da Ribeira Grande, onde se encontra a Sede da Escola Profissional da Ribeira Grande. Tem 16,98 km² de área, 8 799 habitantes e densidade 518,2 hab/km². Foi elevada à categoria de vila a 25 de Abril de 2004.

Com uma área geográfica de 16,98 km², onde se inclui o lugar de Santana, a Vila de Rabo de Peixe confronta com o oceano atlântico, a norte, com as freguesias das Calhetas e Pico da Pedra, a este, com a Ribeira Seca e Santa Bárbara, a oeste, e com o Livramento (concelho de Ponta Delgada) e Cabouco (concelho da Lagoa), a Sul.

Vive, essencialmente, da pesca e da agricultura, havendo indústrias de construção civil e de transformação de peixe como principais empregadores.

Rabo de Peixe é o maior porto de pesca dos Açores e a vila mais populosa do concelho da Ribeira Grande.

A 25 de abril de 2004, Rabo de Peixe foi elevada a vila, alcançando, assim, uma das suas maiores pretensões.

Esta localidade é assim chamada devido à semelhança que uma das suas pontas de terra tem com uma cauda de peixe ou, como diz Gaspar Frutuoso (cronista açoriano do século XVI), por em tempos ali ter sido encontrado o rabo de um grande peixe desconhecido.

Como nota de curiosidade, registe-se que o lugar de Santana, extensa planície, foi transformado em campo de aviação militar durante a segunda guerra mundial (1939/45), passando, em 1946, para a aeronáutica civil com a instalação do primeiro aeroporto da ilha de São Miguel.

Rabo de Peixe é uma vila com fortes raízes na tradição da ilha de São Miguel.

A cultura é, neste contexto, tomada como o “conjunto de conhecimentos, crenças religiosas, arte, moral, costumes, património e todas as outras competências e hábitos que o indivíduo adquire enquanto membro de uma sociedade”.

O concelho da Ribeira Grande ocupa 179,5 km² no norte da ilha de São Miguel, encastado entre os outros cinco da ilha de São Miguel. É composto por uma vila - Rabo de Peixe - e treze freguesias: Conceição, Matriz, Ribeira Seca, Ribeirinha, Santa Bárbara – que constituem a cidade; Calhetas, Pico da Pedra, Porto Formoso, São Brás, Maia, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro que formam a zona rural.

Segundo os censos de 2021, a sua população, total de 31 388 está distribuída de modo diverso, com maior concentração em Rabo de Peixe (8 799) e menor na Lomba de São Pedro (349).

O concelho da Ribeira Grande distingue-se da maioria dos concelhos dos Açores pela sua condição social e económica, que o coloca num dos primeiros da Região Autónoma dos Açores, contribuindo, de uma forma significativa, para a estrutura do emprego e criação de riqueza da Região.

O concelho da Ribeira Grande é o único concelho da ilha de São Miguel que faz fronteira com todos os concelhos da ilha. Esta centralidade, conjugada com os seus recursos endógenos naturais e as suas acessibilidades, determina uma vitalidade na sua agricultura, comércio e indústria, bem como nos seus serviços.

Desde há muito que a agricultura representa um dos maiores pilares da economia ribeiragrandense, a qual tem sido a base de algumas importantes indústrias instaladas, tais como a produção de chá, única na Europa, os laticínios, os licores e outras produções agroindustriais, que tendem a desaparecer nos nossos dias com a dedicação da maioria dos seus agricultores à criação de gado bovino.

A superfície agrícola utilizada no concelho, na sua maioria, está afeta a paisagens permanentes. Na zona nascente do concelho destaca-se a produção de batata e nas áreas da cidade da Ribeira Grande e da vila de Rabo de Peixe a produção de vegetais frescos.

A Pesca é uma atividade económica com tradição no concelho e desenvolve-se em três freguesias, Maia, Porto Formoso e Rabo de Peixe, tendo maior relevo na Vila de Rabo de Peixe, na qual existe um Porto de Pescas e um Clube Naval.

Atualmente a Ribeira Grande é um concelho palpitante e atrativo, com uma nova vida e uma nova dinâmica que cativa quem pretende investir. O turismo é um sector em expansão e com um mercado de trabalho praticamente garantido. A Escola Profissional da Ribeira Grande, atenta a esta realidade, tem vindo a apostar na formação nesta área com os cursos de mesa/bar, turismo e comércio, contribuindo para uma melhor qualificação dos recursos humanos.

1.3 - Parcerias/Protocolos

No decorrer da formação, a escola estabelece parcerias com entidades de acordo com as áreas dos cursos existentes, intervindo estas na organização e desenvolvimento dos cursos, proporcionando aos formandos um contexto real da sua área de formação, como por exemplo o protocolo com a Associação Agrícola de São Miguel, Direção Regional da Agricultura e Escola Tecnológica Nicolau César, na Roménia, através do ERASMUS+, no sentido de promover aulas práticas ao curso de Produção Agropecuária. Além destas entidades, há igualmente parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, Escola Básica Integrada de

Rabo de Peixe, Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e Direção Regional da Juventude, PSP, entre outras.

O processo relativo à formação em contexto de trabalho vem a constituir um plano de atividade específico, correspondendo a um conjunto de procedimentos que envolvem a programação, controlo e monitorização, sempre orientados para os resultados – garantias últimas de relevância e qualidade.

As experiências de formação em contexto de trabalho visam não só a colaboração e o estreitamento de relações com o mundo empresarial, concedendo à empresa oportunidade para avaliar o potencial valor profissional dos indivíduos em formação, como também oferecer aos formandos experiências enriquecedoras tanto ao nível profissional como pessoal.

As empresas e/ou instituições, ao colaborarem com a Escola na promoção destas experiências, assumem um papel ativo na formação dos profissionais do futuro, possibilitando-lhes, desde cedo, uma perspetiva do meio empresarial, onde podem pôr à prova os seus conhecimentos e competências, testando, inclusive, a sua vocação.

Esta abertura do meio escolar à realidade profissional permite a aplicação, em situações e atividades concretas, dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação escolar, e o desenvolvimento do espírito dinâmico e empreendedor, preparando o formando para a vida ativa.

O estágio permite, ainda, consolidar os hábitos de trabalho e o sentido de responsabilidade, proporcionando ao formando a experiência das relações humanas no meio profissional, fator de crescimento pessoal e social.

Para além desta vertente pedagógico-formativa, a experiência em contexto real de trabalho favorece a criação de oportunidades concretas de emprego, dando-se a possibilidade de constituição do elo formando/empresa ou instituição, reforçado ao longo dos anos de formação e assumido aquando do seu termo.

2– Desenvolvimento do Projeto

2.1 - Principais Problemas diagnosticados

Para que uma escola possa assumir uma identidade e projetar-se de modo consistente e consequente, é necessário ser objeto de reflexão, pensar sobre si própria, enquanto organização. Deste modo, é imperativo a emergência de uma cultura escolar que passe pela criação de hábitos de reflexão, análise e avaliação.

Assim, considerando as questões apontadas, pelos diretores de curso, nos relatórios de reflexão crítica, considerando as dificuldades e as áreas de melhorias referenciadas nas atas dos conselhos de turma, considerando os resultados dos formandos relativamente quer à conclusão quer ao aproveitamento e considerando as inquietações manifestadas, quer em contactos informais quer em contactos formais, com encarregados de educação, formadores e colaboradores, a Escola Profissional da Ribeira Grande elenca os seguintes problemas:

- Iliteracia (2.1.1):
 - Iliteracia digital (2.1.1.1);
- Desvalorização da escola (2.1.2.);
- Absentismo e desistência escolares (2.1.3.);
- Baixo desempenho escolar (2.1.4.);
- Aumento de comportamentos de risco (2.1.5.);
- Precisão de educação para a cidadania (2.1.6.);
- Necessidade de maior aproximação e envolvimento da escola à comunidade (2.1.7.);
- Não acompanhamento dos formandos por parte dos encarregados de educação/pais (2.1.8).

2.1.1 - Iliteracia

Após a análise dos relatórios de reflexão crítica, bem como das atas dos conselhos de turma, entregues pelos diretores de curso, constata-se que os formandos apresentam grandes dificuldades na leitura e interpretação de textos, raciocínio lógico-matemático, raciocínio crítico, inabilidade para diagnosticar informações relevantes, dificuldade em sintetizar informação e uma fraca capacidade de argumentação, dificuldades para as quais são apontadas, pelo conselho de turma, estratégias com o intuito de atenuar as lacunas registadas pelos formandos.

Sendo uma escola profissional, onde os candidatos já chegam com certificação de 9.º ano ou equivalente, infere-se que as dificuldades já existam no ensino básico e que se perpetuem para o ensino secundário/profissional, possivelmente por não terem adquirido as competências básicas nos currículos alternativos e programas especializados, no que concerne à leitura e matemática, o que se reflete na iliteracia, a qual a Escola Profissional da Ribeira Grande tenta combater ao longo dos anos dos cursos. Mais, os formandos, ao longo do curso, apresentam manifestamente dificuldades no tratamento de informação técnica e científica o que coloca em risco, não só a transição inicial da educação para o trabalho, mas também a possibilidade de usufruírem de outras aprendizagens ao longo da vida. A Educação Inclusiva veio no sentido de colmatar estas dificuldades ao longo do percurso formativo dos

formandos, através da implementação de Medidas Universais, Seletivas ou Adicionais, baseado num Desenho Universal para a Aprendizagem.

A iliteracia é, também, um dos principais fatores para a existência de baixa escolaridade. Uma deficiente leitura tem como consequência dificuldades de aprendizagem, um desinteresse progressivo pelas atividades letivas, levando a um precoce abandono escolar.

A iliteracia digital é também um dos problemas dos formandos, problema que se veio a acentuar com o surgimento da pandemia e com a necessidade do ensino à distância.

2.1.2 - Desvalorização da escola

A desvalorização da escola/educação é um problema que, apesar de registar algumas melhorias nos últimos anos, ainda se mantém. O facto de se registarem grandes índices de iliteracia ao nível dos encarregados de educação/pais, e de estes terem abandonado a escola precocemente, perpetua o ciclo, levando, muitas vezes, a colocar a escola num grau de importância inferior. Este fenómeno está, muitas vezes, associado a pessoas de baixo rendimento, desempregadas ou a trabalhar no setor primário ou a beneficiários do Rendimento Social de Inserção. No caso das famílias com baixo rendimento, a desvalorização da escola passa pela necessidade de colocar os filhos, o mais rapidamente possível, no mundo do trabalho, de forma a contribuírem para o orçamento familiar. A educação/formação é colocada em segundo plano, pois o mais importante é o “sustento” da família. Este problema vai-se perpetuando através de gerações sendo, apesar dos esforços da tutela e dos estabelecimentos de ensino envolvidos, uma das grandes prioridades de ação na nossa escola.

2.1.3 - Absentismo e desistência escolares

O absentismo e a desistência escolar continuam a ser uma das grandes preocupações da Escola Profissional da Ribeira Grande. Se, por um lado, a desvalorização da escola/educação leva ao absentismo/desistência, por outro, e consequentemente, leva à iliteracia, condicionando a aprendizagem ao longo da vida.

No caso da EPRG, as justificações apontadas pelos formandos para o absentismo, prendem-se, na maioria das vezes, com assuntos do foro pessoal e familiar, são raras vezes relacionados com assuntos prosaicos do dia-a-dia, sintoma de desvalorização da escola. O

absentismo leva a dificuldades de aprendizagem e a um conseqüente desinteresse que culmina, na maioria dos casos, na desistência e abandono escolar. Esta situação assume contornos preocupantes se verificarmos que, até 2010, data em que a escolaridade obrigatória passou a ser de 12 anos, serem os encarregados de educação dos formandos a assumirem a responsabilidade da desistência/anulação de matrícula na escola.

Apesar da implementação de medidas no sentido de atenuar o absentismo dos formandos que frequentam cursos Técnico-profissionais, nomeadamente, o Plano Individual de Recuperação (PIR), a sinalização à Comissão de Crianças e Jovens em Risco da Ribeira Grande, EMAT, psicóloga da escola, PSP de Rabo de Peixe, entre outras entidades, constata-se, ainda um número significativo de ocorrências.

Com o modelo de financiamento das escolas profissionais, esta preocupação, para a EPRG, passa a ser duplamente penalizador: por um lado, há diminuição do número de formandos por turma; por outro lado as desistências contribuem para que haja cortes nas verbas, causando dificuldades em termos de cabimentação de despesas para a escola.

2.1.4 - Baixo desempenho escolar

A desvalorização da escola e o absentismo podem ser as causas determinantes de um baixo desempenho escolar, podendo culminar em abandono escolar. O contrário, também, se verifica, pois o baixo desempenho escolar pode levar à desvalorização escolar e, conseqüentemente, ao absentismo e abandono escolar. O baixo desempenho escolar dos nossos formandos é nitidamente acompanhado por uma visível desvalorização da escola. Verifica-se, cada vez mais, que os formandos não têm, nem sentem necessidade de ter um projeto de vida, em que a escola seja fundamental para alcançar os objetivos pessoais e profissionais. Constata-se, ainda, embora se tenha vindo a implementar estratégias para atenuar através de ações de sensibilização com profissionais da área, implementação de medidas universais, entre outras, um número significativo de formandos com módulos em atraso.

O baixo desempenho escolar verificado nos nossos formandos, também, está relacionado com a desmotivação e desinteresse pela área do curso ou ensino no geral. O desconhecimento da saída profissional da área, por vezes, leva ao desencanto pelo curso. Por isso, a direção tem ido ao encontro dos interesses dos formandos, permitindo-os mudar de curso, após a conclusão do ano letivo, desde que tenham sido assíduos e responsáveis.

Importa realçar o facto de que a oferta formativa numa escola profissional se baseia em cursos de dupla certificação, ou seja, os cursos contemplam a aquisição de competência básica, conferindo um grau académico, equivalente a um nível de escolaridade e aquisição de competências profissionais, concedendo uma qualificação profissional que confere a aptidão para o exercício de uma profissão.

O desempenho escolar dos formandos está intimamente relacionado com os pré-requisitos dos candidatos a formandos. Isto é, após avaliação curricular dos candidatos a formandos à EPRG e aplicadas uma entrevista, verifica-se, de ano para ano, uma diminuição do desempenho dos formandos. Numa abordagem simplista e imediata, poder-se-ia afirmar que os candidatos apresentam um bom desempenho escolar ao início da formação, uma vez que todos eles apresentam sucesso na conclusão dos ciclos e, em teoria, têm os pré-requisitos para ingressar nos cursos das tipologias a que concorrem. No entanto, em termos práticos, a realidade é bastante diferente. A maioria dos candidatos apresenta conhecimentos muito abaixo do exigido para o nível em que se encontram certificados. Dos que iniciam os cursos, verifica-se, logo nos primeiros dias, uma enorme carência de pré-requisitos, sobretudo nas disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua estrangeira (inglês), o que condiciona as suas aprendizagens nas restantes disciplinas e em todas as componentes de formação. Apesar do esforço dos formadores em preencher lacunas básicas das aprendizagens que, supostamente, os formandos já deveriam possuir, as dificuldades vão transitando de ano para ano, sobretudo ao nível da leitura, interpretação, compreensão e tratamento de informação. O esforço exigido a formandos e formadores é imenso. Por um lado, os formandos não possuem ferramentas básicas para aquisição de novos conhecimentos, tendo de despender muito mais tempo do que o considerado normal, para adquirir as competências previstas para o curso que frequentam; por outro, os formadores passam muito tempo na preparação das aulas, procurando adequar as aprendizagens ao nível dos formandos, sem deixar de cumprir os programas das suas disciplinas, num número limitado de horas. Neste contexto, a integração das Aprendizagens Essenciais veio atenuar esta situação. Acresce, ainda, o facto de não se encontrar previsto no financiamento das escolas profissionais aulas de apoio para os formandos com mais dificuldade e de as estratégias de remediação (medidas universais e seletivas) serem aplicadas em contexto de sala de aula.

2.1.5 - Aumento de comportamentos de risco

As atitudes e o comportamento dos formandos podem ser determinantes nos resultados do desempenho escolar.

O fator das atitudes e do comportamento "ganhou um peso desmesurado que leva a que os formandos tenham uma visão irrealista das suas competências", alerta João Lopes, professor do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, que defende que os professores têm a noção que, se avaliassem só os conhecimentos académicos, as notas dos formandos seriam piores.

O princípio de avaliar as atitudes dos formandos não é posto em causa por José Morgado, professor no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, de Lisboa, que é apologista de uma avaliação completa e global. É "desejável, porque o bem-estar do formando está para além do rendimento escolar e do realizar os trabalhos de casa". Este reside também na participação nas aulas, motivação e empenho.

Na nossa escola as grelhas de avaliação modular contemplam a componente de aquisição de conhecimentos e a componente das atitudes e valores, pois, para além dos testes, trabalhos e participação nas aulas, há um fator que, para muitos formandos, pode ser determinante: os valores e as atitudes. É assíduo? Pontual? Cooperar e empenha-se? Porta-se bem? Se sim, e se a situação do formando estiver equilibrada entre com ou sem sucesso, este aspeto pode ser decisivo para subir a nota.

Ao longo dos anos e de cada ano letivo, são constatados, nos formandos, comportamentos de risco preocupantes, pois estes determinam as suas ações. São exemplos as perturbações alimentares, a violência no namoro, a violência doméstica, a agressão, o consumo de drogas, tabaco e álcool. São registados por formadores e diretores de cursos ocorrências dos formandos que resultam em comportamentos desadequados na sala de aula, que advêm, muitas vezes, dos comportamentos acima mencionados. Por isso, a escola tem recorrido aos parceiros, tais como a Associação Supera-te, a PSP, a Equipa de Saúde Escolar, a psicóloga da escola, entre outros.

A Escola tem, cada vez mais, uma maior importância na vida dos seus formandos. As salas de aulas são, muitas vezes, espaços onde os formandos espelham as suas atitudes e comportamentos, fruto de situações vivenciadas em casa para as quais não obtiveram o apoio necessário.

Educação é, por isso, muito mais do que ensinar/transmitir conteúdos disciplinares. Segundo Delors, a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritual.

Assim sendo, a escola tem a missão de formar cidadãos e ajudar na promoção da construção de saberes, competências, valores e atitudes para a vida em sociedade. A sociedade é hoje caracterizada por uma grande diversidade de indivíduos que convivem e partilham espaços comuns, sendo um desses espaços a escola.

Desde modo, a EPRG implementou um projeto intitulado “Prevenção de comportamentos de risco”, o qual desenvolve, ao longo do ano letivo, atividades no sentido de proporcionar aos formandos momentos de reflexão que lhes possibilite uma melhor formação pessoal, social e, conseqüentemente, profissional. Neste contexto, é de realçar que os módulos de Cidadania e Desenvolvimento, ao longo dos 3 anos, está estruturado da seguinte forma: nos primeiros dois anos, trabalham-se temas relacionados com a dimensão pessoal e social e, no terceiro ano, a preparação para o mundo do trabalho.

Com o projeto “Prevenção de comportamentos de risco”, também se pretende dotar os formandos de competências pessoais e sociais e simultaneamente estilos de vida saudáveis, mantendo-se afastados de comportamentos de risco.

No âmbito deste projeto, têm-se desenvolvido atividades e ações de sensibilização/esclarecimento.

2.1.6 - Precisão de Educação para a cidadania

A prática da cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade. O exercício da cidadania implica, por parte de cada indivíduo e daqueles com quem interage, uma tomada de consciência, cuja evolução acompanha as dinâmicas de intervenção e transformação social. A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.

Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo. Por isso, o projeto de Cidadania e Desenvolvimento da escola está muito bem definido.

Consciente de que a escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e que devem nela refletir-se preocupações transversais à sociedade,

que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania, a EPRG pretende desenvolver ações de esclarecimento/sensibilização nas áreas de educação para os direitos humanos, educação ambiental/desenvolvimento sustentável, educação para o empreendedorismo, educação para a igualdade de género, educação intercultural, voluntariado, dimensão europeia da educação, educação para a saúde e educação para o mundo do trabalho.

2.1.7 - Necessidade de maior aproximação e envolvimento da escola à comunidade

A divulgação e a integração da escola na comunidade, no último ano letivo, teve um desenvolvimento muito grande, devido à grande variedade de atividades desenvolvidas pela escola, envolvendo a comunidade, atividades como a Vila do Natal, o Dia Internacional da Criança, entre tantas outras.

A escola tem procurado participar em todos os eventos do concelho, campanhas de sensibilização e de voluntariado, aproximando os formandos da população, tais como a Campanha de Natal do Banco Alimentar, etc..

Deste modo, eventos como Halloween, desfile de Pais natal, Aldeia de Natal, desfile de carnaval, Feira da Segurança Infantil, Festa da Flor levam ao envolvimento, por vezes voluntário, dos formandos da EPRG na comunidade, contribuindo para dar uma imagem da instituição empenhada na resolução de problemas sociais da região.

Campanhas como “Escola Solidária”, em que os formandos entregam cabazes básicos a famílias carenciadas do concelho ou a participação voluntária dos formandos, em evento para angariação de fundos, retratam a importância do carácter solidário que a escola pretende transmitir aos formandos. A imagem da escola aparece, agora, consolidada, sendo uma das que mais visibilidade tem no concelho e na ilha. A criação de uma página nas redes sociais (Facebook e Instagram), onde são divulgadas todas as atividades têm permitido divulgar a ação da escola junto da população, dos futuros candidatos e das empresas e instituições parceiras.

Apesar de já se promover atividades que permitem à escola envolver-se com a comunidade, ainda, é necessário fazer mais, de modo a que a comunidade perceba a missão e a importância da escola, não só como instituição que tem o encargo de educar, segundo programas e planos sistemáticos, os indivíduos nas diferentes idades da sua formação, mas, também, como agente promotor de desenvolvimento social e cultural e agente fundamental para articular as ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial.

2.1.8 - Não acompanhamento dos encarregados de educação/pais

Sabemos que, para um bom desenvolvimento psicossocial dos filhos, a presença e o suporte afetivo dos pais/Encarregados de Educação (EE) é fundamental. Este apoio é especialmente importante ao longo do trajeto pessoal, desde a infância até à fase final da adolescência.

No entanto, sabemos que muitos pais lamentam chegar a casa cansados e indisponíveis, enquanto os filhos consideram que não vale a pena falar com os mais velhos, pois eles nunca têm tempo ou não compreendem.

Como conseguirão os pais/EE manter os empregos, essenciais para a sobrevivência da família, sem descurar o acompanhamento dos seus filhos?

Sabemos que é na pré-primária que os pais contactam com mais frequência a escola e que a sua participação diminui à medida que se avança na escolaridade.

Não devemos, no entanto, esquecer que a escola é, também, responsável por este alheamento dos pais/EE em relação à instituição, já que nem sempre informa claramente, ao mesmo tempo que não mobiliza os pais/EE da melhor forma.

Contudo, é cada vez maior a convicção que a educação dos jovens é tarefa a ser assumida pelos pais/EE e professores. Para isso, é necessário que se construam relações frutuosas de cooperação para atingir um objetivo comum.

Além de ser um dever cívico, a participação ativa dos pais em estruturas da escola (associação de pais, conselho pedagógico, conselho geral) é vista pelos filhos como uma demonstração de empenho e interesse, mesmo pelos formandos mais velhos.

As primeiras reuniões, que se realizam no início do ano letivo, com os diretores de curso ou, muitas vezes, com a direção, são muito importantes, já que os pais/EE são informados não só de que modo podem ter conhecimento do processo educativo dos seus filhos, mas também de como se vai desenrolar o processo de representação dos pais/EE nas estruturas escolares.

Na EPRG, o atendimento aos pais/EE é efetuado, semanalmente, pelo diretor de curso, mas são raras as vezes que comparecem. O mesmo é de dizer da participação dos encarregados de educação nas reuniões. Geralmente, no primeiro semestre, é feita reunião com os pais/EE para eleger o representante para o Conselho Pedagógico, à qual comparecem muito poucos pais/EE. Uma vez por semestre é efetuada a entrega das avaliações, à qual, uma vez mais, comparece um número de pais/EE que fica muito aquém do expetável.

A figura do diretor de curso aproxima a escola e os encarregados de educação/pais. No entanto, continua a ser extremamente difícil motivar os pais/EE para a participação na educação dos filhos.

Há, portanto, necessidade de uma abordagem, num sentido mais direto, das famílias dos formandos, para a valorização da escolaridade, enquanto investimento nas gerações vindouras.

2.2 - Visão, missão, objetivos e valores da Escola

A EPRG tem como **visão** o desenvolvimento local e regional através da qualificação profissional promotora do espírito de empreendedorismo e inovação.

A EPRG tem como **missão** a qualificação profissional e profissionalizante dos recursos humanos e a promoção da cultura para o desenvolvimento da comunidade.

Constituem **objetivos** da EPRG:

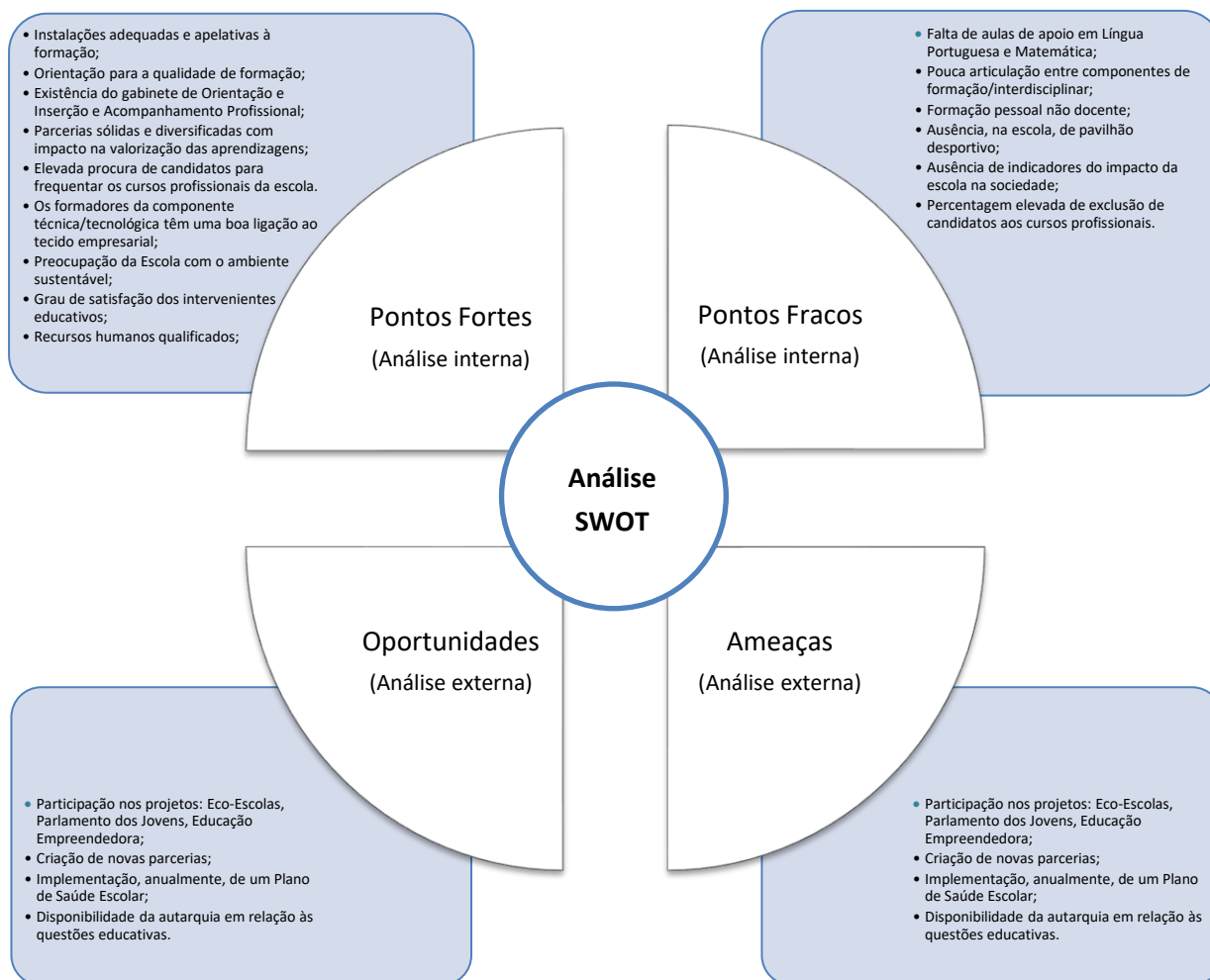
- a) contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, particularmente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
- b) facultar aos formandos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção sócio profissional;
- c) desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, do respetivo tecido social;
- d) promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades do desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local;
- e) facultar aos formandos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para a vida ativa e para o prosseguimento de estudos.

Constituem **valores** da escola:

- a) **Solidariedade**: entendimento e interajuda;
- b) **Multiculturalidade**: afirmação do pluralismo através da participação na interação social;
- c) **Cidadania**: responsabilidade social que se expressa no uso de direitos e deveres que resultam na pertença a uma comunidade;
- d) **Ética**: assumir responsabilmente as formações;

- e) **Qualidade:** total exigência e rigor na formação, de modo a que os formandos da EPRG constituam vantagem competitiva para as empresas;
- f) **Eficiência:** máxima eficiência na prestação dos serviços.

2.3 – Matriz SWOT



2.4 – Plano de intervenção

O empenho e o envolvimento de todos os elementos da comunidade escolar contribuirão para a concretização do plano de intervenção, sendo enriquecido, anualmente, com a elaboração do Plano de Atividades onde constam diversificadas ações. Deste modo, o sucesso deste Projeto Educativo passa necessariamente pelo envolvimento, empenho e dedicação de toda a comunidade educativa.

Assim, na tabela abaixo, são apresentados os objetivos pretendidos, bem como a sua operacionalização e metas a atingir.

Objetivos estratégicos	Operacionalização	Metas	Indicadores
Melhorar o aproveitamento global dos formandos	Diversificar os mecanismos de recuperação de aprendizagens, permitindo ao formando realizar, de forma mais prática, a superação das suas dificuldades a fim de atingir sucesso na UFCD ou no módulo.	Diminuição em 90% do número de módulos não concluídos/exames; Melhoria de sucesso escolar em 5% em relação ao ano/semestre anterior.	Número de exames realizados/formandos não avaliados.
	Adequar os métodos e estratégias de aprendizagem a cada curso/formando de acordo com as necessidades de cada formando, indo ao encontro das premissas da Educação Inclusiva.		Número de sessões de apoio ao estudo, ministradas pela psicóloga.
	Promover ações de sensibilização e esclarecimento sobre hábitos e métodos de estudo aos formandos do 1.º ano.		Número de atividades no PAA
	Elaborar um Plano Anual de Atividades com uma oferta diversificada de atividades e projetos de complemento e enriquecimento curricular.	Aumento do grau de satisfação dos formandos em 5%.	Resultados de questionários de satisfação
	Promover ações de esclarecimento e/ou debates relacionadas com os principais problemas da atualidade.		Número de reuniões/contactos realizados com os delegados de turma
	Promover, periodicamente, reuniões com os delegados de turma.		
	Implicar os formandos na resolução de problemas através dos delegados de turma.		

Tabela 1 - Melhorar o aproveitamento global dos formandos

Objetivos estratégicos	Operacionalização	Metas	Indicadores
Reduzir o abandono e o absentismo escolar	Sinalizar para a CPCJ e outras entidades parceiras também responsáveis pela permanência do formando em processo de absentismo/abandono escolar, com vista à sua recuperação e/ou reorientação.	Redução do número de faltas dos formandos em 5%;	Número de faltas dos formandos;
	Dialogar com maior frequência com os EE/pais cujos educandos têm assiduidade irregular.	Redução do número de PIR em 5%;	Número de formandos que realizam PIR;
		Diminuição do número de anulações de matrículas em 5%;	O número de anulações de matrículas;
		Aumento do contacto com os EE/pais em 5%	Registos dos contactos efetuados

Tabela 2 - Reduzir o abandono e o absentismo escolar

Objetivos estratégicos	Operacionalização	Metas	Indicadores
Promover formas de desenvolver a Cidadania ativa, criando hábitos cívicos	Elaborar um Plano Anual de Atividades com uma oferta diversificada de projetos de complemento e enriquecimento curricular.	Envolvimento de todas as turmas (em 100%)	Número de turmas a participar;
	Dinamizar ações e campanhas de educação ambiental (formandos do 2.º ano em CD).	Envolvimento de todas as turmas do 2.º ano atividade de cidadania ativa (em 100%)	Número de turmas a participar;
	Promover a participação dos formandos nos vários projetos da escola.	Participação nos projetos (100%)	Participação no projeto
	Promover a saúde e a educação sexual (formandos do 1.º ano em CD).	Envolvimento de todas as turmas do 1.º ano atividade de cidadania ativa (em 100%)	Número de turmas a participar
	Reforçar parcerias com instituições de carácter social, cultural e humanitário.	Envolvimento de metade das turmas matriculadas na escola	Número de turmas a participar
	Promover comemorações festivas.	Envolvimento de todas as turmas da escola (em 100%)	

Tabela 3 - Promover formas de desenvolver a Cidadania ativa, criando hábitos cívicos

Objetivos estratégicos	Operacionalização	Metas	Indicadores
Prevenir comportamentos de indisciplina, evitando comportamento de risco	Desenvolver ações de sensibilização, visando promover comportamentos de segurança.	Diminuição do nº de Participações Disciplinares em 10%	Número de participações disciplinares
	Promover ações de sensibilização sobre violência doméstica, violência no namoro, igualdade de género, discriminação, prevenção de violência e Bullying, entre outra.		Número de ações de sensibilização
	Encaminhar os formandos para o GOIAP/Psicóloga da escola ou entidades externas.		Número de sinalizações
	Encaminhar o formando para apoio especializado e adequado aos formandos, recorrendo ao Plano de Saúde Escolar.		Sessões de autoestima realizadas pela psicóloga da escola
	Dinamizar atividades conducentes ao sucesso que permitam a formação integral do formando, quer ao nível da aquisição de conhecimentos, quer ao nível das atitudes e de valores.		

Tabela 4 - Prevenir comportamentos de indisciplina, e evitando comportamento de risco

Objetivos estratégicos	Operacionalização	Metas	Indicadores
Promover uma maior aproximação e envolvimento da escola à comunidade	Dinamizar o website e as redes sociais da escola.	Atualização do website e/ou redes sociais, com notícias sobre atividades desenvolvidas pela escola em 70%;	Atualização do website e/ou redes sociais
	Divulgar, nas redes sociais, as atividades desenvolvidas pela escola.		
	Cooperar com a autarquia na promoção da educação e da cultura.	Incremento em 5% do número de participantes externos	Número de atividades, envolvendo a comunidade
	Organizar a atividade "Open Day" a todos os alunos do 9.º ano do concelho de modo a contribuir para a construção de uma imagem de escola "EPRG" como meio de inovação, de qualidade e de abertura à comunidade.		
	Aumentar parcerias com as diferentes comunidades escolares.		
	Aumentar a articulação com a comunidade local com a base de uma gestão integrada de recursos e no desenvolvimento de atividades educativas, culturais, desportivas e recreativa, mediante o estabelecimento de protocolos/parcerias.		

Tabela 5 - Promover uma maior aproximação e envolvimento da escola à comunidade

Objetivos estratégicos	Operacionalização	Metas	Indicadores
Aumentar a participação dos encarregados de educação/pais na vida da escola e no processo educativo	Promover reuniões de pais/encarregados de educação com diretores de curso;	Aumento do número de contacto dos pais/EE com a escola em 5%	Número de pais/EE a comparecer na escola;
	Divulgar, nas redes sociais, as atividades desenvolvidas pela escola.		
	Aumentar o número de EE/pais na entrega das notas	Envolvimento dos pais/EE em outras atividades em 5%	

Tabela 6 - Aumentar a participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola e no processo educativo

3 – Avaliação do Projeto

O PEE tem de ser encarado como abrangente, dinâmico e flexível, suscetível de acertos e melhorias, ou seja, um documento congregador e refletor da ação e do esforço de toda a comunidade educativa.

O PEE materializa-se, essencialmente, através do Plano Anual de Atividades e Regulamento Interno, daí que a avaliação da ação desencadeada através deste plano, que deverá contemplar tanto o processo como os resultados, no seu conjunto, constituirá a base para a avaliação intermédia e final do PEE.

Sendo um documento indicador da ação de todos os intervenientes e estruturas existentes na Escola, torna-se imprescindível reunir, também, a informação veiculada por estes, essencialmente, através de relatórios anuais que espelham o modo de funcionamento e o grau de obtenção das finalidades, competências, objetivos e princípios do PEE.

Deste modo, podemos concluir que o sucesso do PEE passa, inevitavelmente, pelo envolvimento, empenho e dedicação de toda a comunidade educativa.

A avaliação do PEE far-se-á anualmente, sendo, para isso, criada uma comissão de avaliação, que deverá ocorrer em três fases:

1ª Fase: Após conclusão do primeiro ano letivo, tendo em conta as metas estipuladas e o grau de implementação das medidas educativas, bem como o Plano Anual de Atividades, depois de avaliado, sendo pertinente proceder a acertos, de forma a atingir todas as metas propostas;

2ª Fase: Após conclusão do segundo ano letivo, tendo em conta as metas e o grau de implementação das medidas educativas e respetivos acertos do ano anterior, bem como o Plano Anual de Atividades, depois de avaliado, sendo pertinente proceder a novos acertos, de forma a atingir todas as metas propostas;

3ª Fase: A Avaliação Final decorrerá, pois, no fim do triénio a que respeita, sendo tidas em conta as avaliações intermédias e os acertos efetuados e preenchidas as grelhas de avaliação final.

4 – Estratégias de divulgação

Com o intuito de promover/divulgar o Projeto Educativo de Escola, o presente documento será disponibilizado no website da escola.

Documentos complementares:

Plano Anual de Atividades

Regulamento Interno

Projeto de Cidadania e Desenvolvimento